

## Defensoria Pública assina TCT para integrar a Rede Sustenta Minas



PÁGINA 3

## DPMG realiza o II Encontro Estadual de Execução Penal



PÁGINA 23

## Defensoria Pública participa da entrega da Comenda Teófilo Otoni



PÁGINA 25

## Incêndio na creche em Janaúba: DPMG propõe ação coletiva contra o município

PÁGINA 12

## Defensores públicos participam de audiências na Assembleia Legislativa de MG

PÁGINA 16 a 23

## Membros eleitos do Conselho Superior tomam posse para o biênio 2017-2019



PÁGINA 7

## MENSAGEM DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL, EM EXERCÍCIO

*Prezados defensores públicos e servidores,*

*Esta edição do Boletim traz importantes registros para a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. No dia 27, foram empossados os novos membros eleitos do Conselho Superior. Destaco o empenho e compromisso dos conselheiros que encerraram seus mandatos e parabeno os que foram reconduzidos, bem como os membros que iniciam sua atuação no órgão, somando suas experiências aos debates institucionais e que contribuirão muito para o engrandecimento da DPMG.*

*Outra importante ação institucional foi a assinatura do termo de cooperação técnica (TCT) que criou a Rede Sustenta Minas, parceria com diversos órgãos públicos para implementação de programas e ações de responsabilidade socioambiental. Mais uma vez, a articulação dos entes públicos propiciará o alcance de melhores resultados, com a adoção de práticas pautadas na sustentabilidade. Destaco, ainda, o TCT firmado com a Prefeitura de Santo Antônio do Monte, para atendimento da Defensoria na comarca.*

*A última quinzena foi marcada também por expressivas atuações, como o mutirão de execução de alimentos, realizado em Pouso Alegre; a premiação do concurso de redação do Projeto Conviver, promovido em Itajubá; a propositura de ação coletiva buscando indenizações para vítimas do incêndio em Janaúba; o êxito em liminar que autorizou o cultivo da planta cannabis sativa para fins medicinais por parte de assistida; a vitória em mandado de injunção contra falta de acompanhamento de desocupações; a participação no Cejusc Itinerante em Itajubá; e a bem sucedida intervenção como amicus curiae em favor da retomada de programas de prevenção à violência no Estado.*

*Saliento, ainda, a contribuição de defensores públicos mineiros em audiências públicas promo-*

*vidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e em reunião que discutiu alternativas quanto à ocupação indígena no Centro Educacional de Esmeraldas. Confira, também, as palestras ministradas no II Seminário de Mediação de Conflitos, no Triângulo Mineiro, e sobre “Álcool e Justiça”, em Novo Cruzeiro.*

*No campo das capacitações, os destaques são o II Encontro Estadual de Execução Penal, promovido pela Escola Superior e pela Câmara de Estudos de Execução Penal; e as práticas exitosas apresentadas por defensores públicos de Minas Gerais no último dia do XII Congresso Nacional de Defensores Públicos.*

*Na seara das relações interinstitucionais, ressalto a participação na outorga da Comenda Teófilo Otoni; na Semana Nacional da Conciliação; na solenidade de formatura de 24 alunos da Penitenciária José Maria Alkmin; no lançamento do livro “Direito Parlamentar: discussões contemporâneas”; e na abertura do fórum técnico “Semeando Letras: Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas”, realizado pela ALMG e pelas Secretarias de Estado de Cultura e de Educação.*

*Acompanhe, ainda, as visitas ao Gabinete, as inserções da DPMG na mídia e as homenagens recebidas por assessor Institucional da Defensoria-Geral; pelos coordenadores Locais de Mariana e Campo Belo; e por servidor da unidade da Defensoria Pública em Montes Claros.*

*Por fim, convido a todos para participarem das solenidades de inauguração das novas instalações da DPMG em Lagoa Santa e em Ribeirão das Neves, nos dias 5 e 6 de dezembro, respectivamente.*

*Boa leitura!*

**Wagner Geraldo Ramalho Lima**  
Defensor público-geral, em exercício

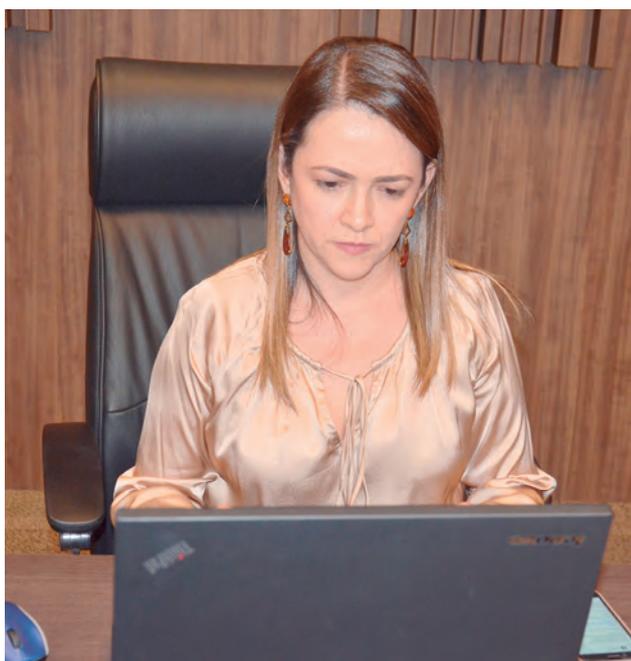


# Defensoria Pública assina TCT para integrar a Rede Sustenta Minas

*A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais é uma das signatárias do Termo de Cooperação Técnica para a implementação de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental, possibilitando, assim, o intercâmbio de experiências e informações entre os participantes.*



**Pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças da UFJF, Eduardo Antônio Salomão; procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, Adriana Augusta de Moura Souza; defensor público-chefe da Defensoria Pública da União, em Belo Horizonte, Francisco Nogueira Machado; procuradora-chefe da República em Minas Gerais, Isabela de Holanda Cavalcanti; presidente do TJMMG, Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha; presidente do TJMG, desembargador Herbert José Almeida Carneiro; procurador-geral de Justiça, em exercício, Márcio Heli de Andrade; defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; presidente do TRT/MG, Júlio Bernardo do Carmo; diretora do Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Simone dos Santos Lemos Fernandes; presidente do TRE-MG, Edgard Penna Amorim**



**Defensora pública-geral, Christiane Malard, assina, eletronicamente, o TCT que criou a Rede Sustenta Minas**

Integram a Rede Sustenta Minas os seguintes órgãos: Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Defensoria Pública de Minas Gerais; Tribunal Regional Eleitoral; 3ª Região do Tribunal Regional do Trabalho; Seção Judiciária de Minas Gerais da Justiça Federal; Tribunal de Justiça Militar; Tribunal de Contas do Estado; Ministério Público Federal; Ministério Público Estadual; Ministério Público do Trabalho; Defensoria Pública da União e Universidade Federal de Juiz de Fora.

O termo cria a Rede Sustenta Minas, onde os integrantes se comprometem a criar grupos de cooperação nas áreas de racionalização e redução de custos; construções sustentáveis; capacitação e produção científica; destinação adequada de resíduos; compras sustentáveis e compartilhadas; e qualidade de vida.

A assinatura do TCT aconteceu na sexta-feira, 17/11, em solenidade realizada na sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, referendou o documento em nome da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

*continua >>*



Continuação

### Defensoria Pública assina TCT para integrar a Rede Sustenta Minas

#### Seminário

Na mesma data, foi realizado o seminário “Programa de Logística Sustentável (PLS)”, voltado para os servidores do TJMG e participantes de comissões ou áreas ligadas à sustentabilidade, que integram a Rede Sustenta Minas. Pela DPMG, participaram a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria

Valéria Valle da Silveira, e o superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças (SPGF), Diego Mendes de Souza.

O objetivo do seminário foi, entre outros, apresentar dados e verificar metas de redução do consumo de água, energia, correspondências, impressões e material de escritório.



Assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira; presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro; e a defensora-geral, Christiane Malard

## Defensora-geral reúne-se com o deputado estadual Tiago Ulisses

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, no dia 23.11.2017, a visita do deputado estadual Tiago Ulisses, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária,

para reunião que tratou de assuntos institucionais. Participaram do encontro, a assessora Jurídico-institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e o chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares.



Da esquerda para a direita: O chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares; o deputado Tiago Ulisses; a defensora-geral, Christiane Malard; a assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa

## DPG recebe visita do deputado Ulysses Gomes

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se com o deputado estadual Ulysses Gomes, membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o subsecretário de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Estado de Governo, Luís Gustavo Riani, em seu gabinete, no dia 23.11.2017.

No encontro, foram tratados assuntos de relevância institucional, entre eles, o projeto de Lei

4048/17, de autoria da Defensoria Pública, que institui as carreiras de técnico e de analista da DPMG.

Participaram, ainda, a assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, o assessor Institucional, Nikolas Macedo Katopodis, o subdefensor-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos e o chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares. O deputado estava acompanhado da assessora Parlamentar Teresa Villas Boas.



Da esquerda para a direita: A assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa; o assessor Institucional, Nikolas Katopodis; a assessora Parlamentar, Teresa Villas Boas; o subsecretário de Assuntos Parlamentares do Governo, Luís Gustavo Riani; a defensora-geral, Christiane Malard; o deputado estadual, Ulysses Gomes; o subdefensor-geral, Wagner Geraldo Ramalho; a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos; e o chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares

## Defensora-geral recebe defensores públicos eleitos para o CSDPMG – biênio 2017-2019



Marco Túlio Frutuoso Xavier; Galeno Gomes Siqueira; subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; Fernanda de Souza Saraiva; presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez; Felipe Augusto Cardoso Soledade; e Richarles Caetano Rios

*continua >>*

Continuação

### Defensora-geral recebe defensores públicos eleitos para o CSDPMG – biênio 2017-2019

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, se reuniu, no dia 21.11.2017, com os defensores públicos eleitos para a composição do Conselho Superior da Defensoria Pública, biênio 2017-2019. Participaram, ainda, o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, o corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro, e o presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso.

No encontro a defensora-geral parabenizou todos os eleitos, dando boas-vindas aos novos membros, reforçando com os conselheiros reeleitos o desejo de continuar o

trabalho profícuo que foi desenvolvido no último biênio.

Christiane Malard ressaltou as dificuldades inerentes a qualquer cargo da Administração Superior. "Somente com a ajuda e a união de todos os órgãos que os objetivos institucionais serão alcançados", destacou a defensora-geral.

Os defensores eleitos registraram o desejo de contribuir para o crescimento da Defensoria Pública, bem como para que o Conselho Superior continue, cada dia mais, desempenhando suas funções com seriedade e dinamismo.

### Reunião com os membros da composição anterior do Conselho Superior

Ainda no dia 21.11.2017, a DPG Christiane Malard se reuniu com os membros do Conselho Superior, biênio 2015-2017, e o presidente da Adep-MG,

Eduardo Generoso, na sala de reuniões do Gabinete. Na oportunidade, foram tratadas questões estratégicas e orçamentárias de relevância para a Defensoria Pública.



Thiago Dutra Vaz de Souza; Fernando Campelo Martelleto; corregedor-geral Ricardo Sales Cordeiro; subdefensor-geral, Wagner Ramalho; defensora-geral, Christiane Malard; secretário do CSDPMG, Galeno Gomes Siqueira; Marco Túlio Frutuoso Xavier; presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; Fernando Orlan Pires Resende; e Erika Almeida Gomes



Ao final das reuniões, os eleitos recentemente e os antigos conselheiros se juntaram na sala do Conselho Superior da DPMG



# Membros eleitos do Conselho Superior tomam posse para o biênio 2017-2019

*No dia 27.11.2017, durante sessão solene, foi empossado o novo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, para o biênio 2017-2019.*



**Membros natos:** defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima e o corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; **conselheiros que encerraram o mandato:** Fernando Campelo Martelleto e Fernando Orlan Pires de Resende; **empossados para o biênio 2017-2019:** Marco Túlio Frutuoso Xavier, Galeno Gomes Siqueira, Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez, Felipe Augusto Cardoso Soledade, Fernanda de Sousa Saraiva e Richarles Caetano Rios; e o presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso

Além dos membros natos, seis defensores públicos integram a nova composição do órgão: Marco Túlio Frutuoso Xavier e Galeno Gomes Siqueira (reeleitos para o segundo mandato consecutivo), Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez, Felipe Augusto Cardoso Soledade, Fernanda

de Sousa Saraiva e Richarles Caetano Rios. Encerraram seus mandatos os defensores públicos Fernando Campelo Martelleto, Thiago Dutra Vaz de Sousa, Érika Almeida Gomes e Fernando Orlan Pires de Resende.

*continua >>*



O conselheiro, reempossado, Marco Túlio Frutuoso Xavier, leu o termo de compromisso, em nome dos demais eleitos. Em seguida, o defensor público-geral, em exercício, Wagner Ramalho, leu o termo de posse; e os conselheiros, natos e eleitos, assinaram o livro de posse e entrada em exercício



Continuação

**Membros eleitos do Conselho Superior tomam posse para o biênio 2017-2019**

**Defensor público  
Fernando  
Orlan**



**Defensor público  
Fernando  
Martelleto**



A sessão foi aberta pelo defensor público-geral, em exercício, e presidente do Conselho Superior, em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima. Em seguida, os defensores públicos Fernando Martelleto e Fernando Orlan, se despediram do mandato, cedendo o lugar para os conselheiros empossados.

“Há quatro anos – disse Fernando Martelleto – assumi a cadeira de conselheiro da Defensoria Pública. Durante estes dois mandatos procurei dar transparência efetiva e facilitar o acesso dos demais defensores públicos ao CSDPMG, sempre com o objetivo de não me acomodar, nem ficar omissos frente aos desafios; de não perder a capacidade de indignar e de lutar pelo bem de todos, com a esperança de sempre buscar o bem e o melhor para todos”.

Em seguida, o defensor público Fernando Orlan fez uma saudação especial aos parceiros de gestão e aos conselheiros da nova gestão, ressaltando que, na medida do possível, foi feito um bom trabalho. “Em especial, mantivemos a fé de estarmos contribuindo para a construção de uma Defensoria Pública mais forte e vibrante, mais respeitada pelos demais órgãos de Justiça, pelo Estado, pelos próprios defensores públicos e, principalmente, pelos nossos assistidos. Peço aos conselheiros que recebem nosso legado que continuem zelando pela nossa Instituição”, ressaltou.

Em sua fala, o defensor público-geral, em exercício, e presidente em exercício do CSDPMG, Wagner Geraldo Ramalho Lima, deu as boas vindas aos novos membros e parabenizou os conselheiros reconduzidos a novo mandato. “É perceptível que vocês chegam com entusiasmo e energia para lutar pela edificação de uma Defensoria Pública cada vez mais forte, que se somará ao trabalho empreendido pelos conselheiros reeleitos”, disse.

Aos defensores públicos que encerraram o mandato, Wagner Ramalho agradeceu o desprendimento e o

sacrifício colocados à disposição do Conselho Superior. “Todos os debates ocorridos em nossas sessões possibilitaram uma ampliação da visão institucional de todos, contribuindo para que possamos trilhar os melhores caminhos de nossa missão constitucional”, ressaltou.

O presidente em exercício do Conselho Superior ressaltou a necessidade de, cada vez mais, oferecer um serviço de qualidade para a população, destacando a importância da atuação do Conselho Superior nesta tarefa. “A cada ano convivemos com o aumento da demanda por nossos serviços, assim como a expansão de práticas informatizadas no sistema de Justiça, nos obrigando a pensar em novos mecanismos e procedimentos de atuação. Por isso, é preciso a união de todos para enfrentarmos com inteligência, responsabilidade e criatividade estes desafios, sendo vital a atuação coesa e harmônica do Conselho Superior”, concluiu.

*continua >>*



**Defensor público-geral, em exercício, e presidente em exercício do Conselho Superior, Wagner Geraldo Ramalho Lima**

Continuação

### **Membros eleitos do Conselho Superior tomam posse para o biênio 2017-2019**

Dirigindo-se aos conselheiros que encerraram seus mandatos, o corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro, exaltou a gratidão de ter trabalhado por dois anos com os colegas. “Vocês participaram de um momento muito importante da Administração Superior, demonstrando serem dotados de grande maturidade e espírito democrático, importantes para a nossa Instituição”, disse.

Em seguida, Ricardo Cordeiro saudou os novos membros do Conselho Superior. “Me sinto renovado, na esperança de que possamos fazer mais pela Defensoria Pública. Tenho certeza que todos nós comungamos do mesmo ideal de servir ao assistido e à Instituição”, finalizou.

O conselheiro Marco Túlio Frutuoso Xavier, reeleito para segundo mandato, agradeceu a cada um dos companheiros do biênio 2015-2017. “Foram dois anos de muito aprendizado e dedicação à nossa Instituição. Evoluímos muito, mesmo não tendo feito tudo o que queríamos, demos o máximo e fizemos o possível”, ressaltou. Para a classe, o conselheiro externou sua gratidão àqueles que o reelegeram. “Agradeço aos colegas que acreditaram no trabalho desenvolvido no primeiro mandato, confiando e concordando com as novas propostas apresentadas. Saibam que me dedicarei ao máximo para implementá-las nestes próximos dois anos”, concluiu.



**Conselheiro Marco Túlio Frutuoso Xavier**

O defensor público Galeno Gomes Siqueira, que também foi eleito para o segundo mandato, salientou os desafios a serem enfrentados para o próximo biênio. Para tal, o defensor público enfatizou a necessidade de uma melhor estrutura administrativa para o Conselho Superior. “É preciso que o Conselho Superior assuma o protagonismo a ele reservado, já que é a última trincheira do defensor público e do servidor desta Casa. Um Conselho forte e estruturado é uma garantia para todos nós”, disse.



**Corregedor-geral e membro nato do CSDPMG, Ricardo Sales Cordeiro**



**Conselheiro Galeno Gomes Siqueira**

O conselheiro Heitor Baldez agradeceu a confiança, nele depositada, para representar a classe frente ao CSDPMG e, também, aos conselheiros que precederam a atual gestão, “pelo trabalho, engrandecimento e mobilização da Instituição e melhora de atuação da classe”, disse.

*continua >>*



**Conselheiro Heitor Baldez**

Continuação

### **Membros eleitos do Conselho Superior tomam posse para o biênio 2017-2019**

“Agradeço àqueles que confiaram em nossa proposta e àqueles que se dispuseram a ouvi-las. Neste momento, prometo muito trabalho”, disse o conselheiro Felipe Soledade.

A conselheira Fernanda de Sousa Saraiva agradeceu à dedicação dos defensores públicos que encerraram o mandato e, também, prometeu empenho nos trabalhos em favor da Instituição.

O conselheiro Richarles Caetano Rios, enfatizou que a Defensoria Pública, dentro de um modelo falido do estado social no Brasil, deve repensar seu posicionamento perante a sociedade. “A Defensoria Pública deve repensar sua forma de atuação, agindo mais em prol da coletividade, do que o individual, priorizar o extrajudicial, do que o judicial. Somos uma instituição que trabalha muito, mas com impacto social pequeno. Portanto, para que sejamos valorizados como profissional, é preciso mudar nossa postura e, dentro da Instituição, cabe ao Conselho Superior e à Defensoria-Geral promover esta mudança”, completou.

O presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso, destacou a expectativa de avanços na atuação do Conselho Superior. “Para que possamos implantar os desafios que são apresentados e que consigamos fazer com que a Defensoria Pública e seus membros alcancem o patamar que merecem e possam atender à população carente da forma como merece”, finalizou.

A sessão solene contou com a presença dos antigos membros do CS; de familiares dos empossados; de assessores da Defensoria-Geral; de defensores públicos e servidores; do presidente da Associação dos Servidores da Defensoria Pública de Minas Gerais, Hilton de Assis Santa Bárbara; do diretor da Associação Comercial de Minas Gerais, Dalmar Pimenta; e do advogado Reginaldo Moreira, representando o presidente da CDL-BH, Bruno Falci.



**Conselheiro  
Felipe  
Soledade**



**Conselheira  
Fernanda  
Saraiva**



**Conselheiro  
Richarles  
Caetano  
Rios**



**Presidente  
da Adep-MG,  
Eduardo  
Cyrino  
Generoso**



Continuação

**Membros eleitos do Conselho Superior tomam posse para o biênio 2017-2019**



**Composição do Conselho Superior para o biênio 2017-2019: (esquerda) corregedor Ricardo Sales Cordeiro; Marco Túlio Frutuoso Xavier; Galeno Gomes Siqueira; defensor público-geral, em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima; Fernanda Sousa Saraiva; Felipe Soledade; Richarles Caetano Rios; Heitor Baldez; e presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso**

## Defensoria Pública e Prefeitura de Santo Antônio do Monte assinam TCT para atendimento da Instituição na comarca

A Defensoria Pública de Minas Gerais e o Município de Santo Antônio do Monte firmaram termo de cooperação técnica que possibilitará que a DPMG preste atendimento jurídico à população vulnerável da comarca.

O coordenador da Regional Centro-Oeste, defensor público Vanderlei Capanema, que atua em Divinópolis, executará a cooperação em Santo Antônio do Monte, prestando atendimento na área de Família na comarca, uma vez por semana.

A formalização do acordo aconteceu no dia 16 de novembro, data do aniversário de Santo Antônio do Monte.

A cerimônia, que foi realizada na Unidade de Co-

operação da DPMG na comarca, em espaço cedido pela Prefeitura, contou a presença do chefe de gabinete, Gério Patrocínio Soares, representando a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard; do prefeito do Município, Dinho do Braz; do vice Luis Antônio Resende; do deputado estadual Tiago Ulisses; da assessora Institucional da Defensoria Pública, Cibele Cristina Maffia Lopes; do coordenador da Regional Centro-Oeste, defensor público Vanderlei Capanema; da defensora pública Juliana Gonçalves; e dos conselheiros tutelares Eunice Maria Guimarães, Marcela Cristina da Silva Castro, Neide Vellozo Antunes, Marília Geralda de Oliveira Silva e Anterildo Alexandre de Miranda.



**Vice-prefeito Luis Antônio Resende; assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes; chefe de gabinete, Gério Patrocínio Soares; prefeito Dinho do Braz; deputado estadual Tiago Ulisses; defensora pública Juliana Gonçalves; e o coordenador da Regional Centro-Oeste, defensor público Vanderlei Capanema**



## Ações em destaque

### DPDH obtém vitória em mandado de injunção contra falta de acompanhamento de desocupações pelo governo estadual

A DPDH – Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), por meio da defensora pública, Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, obteve concessão no mandado de injunção nº 1.0000.17.005054-6/000, contra o governador do Estado de Minas Gerais, concedida pelo órgão especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em sessão de julgamento ocorrida no dia 08 de novembro.

O objeto do mandado de injunção foi o suprimen-

to da regulamentação da Lei Estadual 13.604/00. De acordo com Ana Cláudia Alexandre, “a ausência da norma e, via de consequência, a falta de acompanhamento dos processos de desocupação pela comissão especial prevista no § 1º do art.1º da Lei 13.604/00, causa prejuízos aos direitos das pessoas envolvidas nos litígios coletivos envolvendo áreas consideradas pelo judiciário invadidas para assentamento rural ou urbano no Estado”.

### Defensoria Pública obtém liminar que autoriza o cultivo de maconha para fins medicinais

A Defensoria Pública em Conselheiro Lafaiete obteve liminar no habeas corpus de nº 0138683-23.2017.8.13.0183, que autoriza o cultivo da planta cannabis sativa, para fins terapêuticos, por parte de assistida da Instituição. A decisão beneficia o tratamento de saúde da cidadã, que desde os oito anos de idade enfrenta uma diabetes severa, que gerou complicações como neuropatia e gastroparesia. O *habeas corpus* preventivo foi ajuizado pela defensora pública Isabela Salomão Silva, em atuação na área Criminal.

De acordo com a defensora pública, o deferimento foi o primeiro passo. “O juiz concedeu a liminar, mas é

algo precário, porque ele ainda vai pormenorizar todas as circunstâncias para saber se é cabível ou não. Mas nesse primeiro momento, a assistida já tem o salvo conduto que permite o cultivo para tratamento das suas patologias”, frisou. Ainda conforme a defensora, “a ação tem como objetivo o bem estar e a sobrevivência da Andrezza, que poderá cultivar a planta e preparar o medicamento, conforme a sentença”.

No dia 18.11.2017, o jornal *Correio da Cidade, de Conselheiro Lafaiete*, publicou reportagem com entrevista da defensora pública sobre o assunto.

[Clique aqui para ler reportagem](#)

### DPMG propõe ação coletiva contra o município de Janaúba buscando indenizações às vítimas e familiares do incêndio na creche Gente Inocente

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Janaúba interpôs ação civil pública, em face do município de Janaúba, para que este indenize os danos sofridos pelos familiares e vítimas do incêndio na Creche Gente Inocente (nº 0351.17.005741-5).

No documento, foi sustentada a responsabilidade objetiva do município, já que o autor do incêndio, vigia da creche, era servidor público municipal e, em razão desta qualidade, foi-lhe franqueado amplo acesso ao estabelecimento, lá comparecendo com o argumento de que iria entregar atestado médico à coordenação.

O defensor público Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos, responsável pela ACP, destacou que “em virtude da posição de garantidor, o município é responsável pela incolumidade física das crianças enquanto estiverem nas dependências da creche, respondendo por qualquer lesão sofrida, seja qual for sua natureza”.

Gustavo Dayrell apontou, ainda, como integrante dos fatores preexistentes, omissões do ente municipal, já que a creche funcionava sem alvará do Corpo de Bombeiros e não era equipada de saídas de emergência.

*continua >>*

Continuação

**DPMG propõe ação coletiva contra o município de Janaúba buscando indenizações às vítimas e familiares do incêndio na creche Gente Inocente**

Além disso, de acordo com o defensor público, é preciso que haja uma avaliação nos critérios usados pela Secretaria Municipal de Educação para a seleção dos servidores designados para trabalhar junto a crianças e adolescentes de Janaúba. “Há indícios de que o vigia da creche sofria de problemas psicológicos desde 2014. Além disso, no quadro funcional da mesma creche, o outro vigia sofria doença psiquiátrica e tal fato era de plena ciência da Secretaria de Educação”, observou.

Em sede de tutela provisória, foi requerido o pagamento de verbas alimentares às vítimas e ainda, pensão, correspondente à importância do trabalho, para aqueles que se inabilitaram por impossibilidade ou diminuição da capacidade de trabalho, a serem apurados em procedimentos de liquidação de sentença individuais.

No mérito, além da confirmação da tutela provisória,

pugnou-se pela condenação do município, requerendo o pagamento de indenizações correspondentes aos danos patrimoniais, morais e estéticos sofridos pelas vítimas do evento e seus familiares, também a serem apurados em procedimentos de liquidação de sentença individuais.

Por fim, a condenação ao pagamento de danos morais coletivos não inferiores a três milhões de reais, a serem destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Janaúba.

A Defensoria Pública instaurou três procedimentos administrativos preliminares (PAP) para apuração do episódio, o PAP nº 010/17 para acompanhar a destinação das doações, o PAP nº 011/17 que versa sobre perquirição da responsabilização civil do Município e, por fim, o PAP nº 012/17 para acompanhamento do atendimento médico e psicológico às vítimas e familiares.

## SAIU NA MÍDIA

### Ação contra o município de Janaúba é destaque na imprensa

*A ação civil pública interposta pelo defensor público Gustavo Dayrell contra o município de Janaúba foi destaque na imprensa nos dias 21 e 22 de novembro.*

#### Clique nos links para ler as reportagens:

**Hoje em Dia** | Defensoria Pública quer que Prefeitura de Janaúba indenize vítimas da tragédia – 21/11

**O Tempo** | Defensoria Pública pede indenização às vítimas da tragédia em Janaúba – 21/11

**BHAZ** | Defensoria Pública pede que município indenize vítimas do ataque em Janaúba – 21/11

**Estado de Minas** | Defensoria Pública responsabiliza prefeitura de Janaúba por incêndio em creche – 21/11

**CBN** | Município de Janaúba é alvo de ação da Defensoria Pública de Minas Gerais – 21/11

**Rede Minas** | A Defensoria Pública de Janaúba quer que a prefeitura da cidade indenize familiares e vítimas da tragédia na Creche Gente Inocente – 21/11

**Super FM 91,7** | Defensoria Pública pede que Janaúba indenize famílias de vítimas da tragédia em creche da cidade – 21/11

**Band Minas** | A Defensoria Pública de Janaúba quer que a prefeitura da cidade indenize familiares e vítimas da tragédia na Creche Gente Inocente – 21/11

**Band News FM** | Defensoria Pública propõe ação coletiva contra Janaúba, buscando indenização para vítimas e familiares de incêndio em creche – 21/11

**Portal Amirt** | Defensoria Pública exige indenização para as vítimas de Janaúba – 22/11

**TV Record Minas** | Creche Janaúba: Prefeitura é acusada de negligência – 22/11

**Diário de Pernambuco** | Vigia que substituiu o que matou crianças em Janaúba também tem doença mental – 22/11

**BRASIL 247** | Defensoria pede indenização às vítimas da tragédia em Janaúba – 21/11

**Estado de Minas** | Vigia que substituiu o que matou crianças em Janaúba também tem doença mental – 22/11

**METRO** | Prefeitura de Janaúba pode responder por atentado por tragédia em creche – 22/11

**Correio Braziliense** | Vigia que substituiu o que matou crianças em Janaúba tem doença mental – 22/11

**Rede Mais** | Novidade sobre a tragédia na creche de Janaúba – 22/11



AÇÕES EM DESTAQUE

## Defensoria Pública em Pouso Alegre realiza mutirão de execução de alimentos

A Defensoria Pública na comarca de Pouso Alegre realizou, na semana de 20 a 24.11.2017, um mutirão de execução de prestações alimentares. Atuam no mutirão o coordenador Local e Regional Cristiano Maia Luz e os defensores públicos Alexandre Perin, Keila Ferreira, Giselda Libânio e Raquel Ribeiro. A expectativa é que sejam atendidas cerca de 300 pessoas.

Para o coordenador Cristiano Maia, o mutirão se justifica pela grande demanda identificada na comarca. “A realização do mutirão de alimentos se fazia necessária, pois notamos uma pequena demanda quanto a reconhecimentos de paternidade em nossa unidade. Percebemos que a grande demanda reprimida era relativa à participação desses pais na vida de seus filhos, principalmente no campo material. De nada adianta o direito a ter um pai, se esse nada faz para o filho, apenas conste em sua certidão de nascimento”, afirma o coordenador.



Defensores públicos da comarca de Pouso Alegre atendem população em mutirão

## Atuação da DPMG em favor da retomada de programas de prevenção à violência em Minas Gerais

No dia 16 de novembro, a defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), proferiu sustentação oral perante a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em julgamento que denegou mandado de segurança que impossibilitava assinatura de termo de parceria que viabiliza a execução da política de prevenção à criminalidade no Estado de Minas Gerais. A intervenção da Defensoria Pública se deu como *amicus curiae*.

### Entenda o caso

Desde o mês de agosto deste ano, programas integrantes da política de prevenção à violência em comunidades de maior risco social em Minas Gerais, como os programas Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Central de Penas e Medidas Alternativas (Ceapa) e Programa de Inclusão Social do Egresso do Sistema Prisional (PrEsp) tiveram as ações interrompidas, com forte impacto na vida de jovens e comunidades atendidos pela política de prevenção.

A interrupção se deu após liminar concedida pelo TJMG em mandado de segurança interposto por uma das entidades que concorreram ao chamamento público para contratação e execução dos programas em Minas Gerais.

No dia 1ª de novembro, a defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch reuniu-se com representantes do Grupo de Mobilização pela Política de Prevenção Social à Criminalidade. Na ocasião, lideranças de comunidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como Taquaril, Vila Cemig, Palmital, Veneza, Morro das Pedras e Vila Betânia expuseram os prejuízos para essas localidades decorrentes da paralisação dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo! em seus territórios, entre eles, o aumento do número de homicídios dos seus jovens. O grupo de mobilização entregou para a defensora pública vários documentos a favor dos programas, além de um abaixo-assinado solicitando a volta daqueles.

Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch explica que “o novo Código de Processo Civil trouxe a possibilidade de intervenção da Defensoria Pública como *amicus curiae*, nas causas de grande repercussão social. De posse dos documentos, foi requerida a habilitação da Defensoria Pública a favor do grupo de mobilização, com a demonstração da repercussão social da paralisação dos programas e as razões pelas quais estas comunidades entendiam que o trâmite do feito não poderia prejudicar a execução dos programas”.

continua >>



Continuação

### Atuação da DPMG em favor da retomada de programas de prevenção à violência em Minas Gerais

O relator do mandado de segurança, desembargador Carlos Levenhagen, deferiu a habilitação da Defensoria Pública, autorizando a sua participação no feito na data do julgamento para proferir sustentação oral. O mandado de segurança foi denegado por unanimidade.

Para a defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, “sem dúvida, a mobilização promovida pela sociedade foi essencial para o desfecho célere da demanda. O caso é um exemplo concreto da im-

portância da Defensoria Pública na defesa dos grupos vulneráveis que, mesmo não fazendo parte das ações judiciais, quando se sentirem prejudicados podem ingressar nas demandas e apresentar seus posicionamentos. A denegação do mandado de segurança, por sua vez, permite a continuidade da política pública que, em nenhuma hipótese, deverá ser interrompida, por causar grande prejuízo a população já beneficiada com esses serviços”.

## Defensora pública ministra palestra durante o II Seminário de Mediação de Conflitos no Triângulo Mineiro

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou, no dia 21.11.2017, do II Seminário de Mediação de Conflitos no Triângulo Mineiro, realizado no anfiteatro do Escritório Popular da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. A defensora pública ministrou palestra sobre o tema “A mediação de conflitos como promotora da paz”.

De acordo com Ana Claudia Alexandre Storch, “no

Triângulo mineiro se concentram, hoje, grande parte das demandas de natureza agrária em Minas Gerais. A Universidade de Uberlândia tem contribuído na solução dos conflitos de forma exitosa por meio da mediação, que é um instrumento mais qualificado do que a conciliação, que é promovida pelo judiciário. Os conflitos coletivos pela posse da terra já possuem a mediação como garantia na legislação processual desde o advento do novo código de processo civil. É preciso fortalecer a mediação, também, nos processos judiciais”, ressaltou.

## Defensoria Pública participa do Cejusc Itinerante na comarca de Itajubá

A Defensoria Pública em Itajubá participou das audiências do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) Itinerante, que percorreu



Da esquerda para a direita: As servidoras municipais, Cristina Márcia da Silva e Maria Francisca Silva; o juiz de Direito, Selmo Sila de Souza; o prefeito de Marmelópolis, Camilo Alberto Ribeiro da Silva; a servidora do TJMG, Juliana Reis; e o defensor público Frederico Zucareli

as cidades que compõem a comarca, durante os dias 20 a 23 de novembro. Foram realizadas audiências nas cidades de Marmelópolis, Delfim Moreira, Wenceslau Braz e Piranguçu. Uma nova edição do evento será realizada em janeiro.

Participaram do atendimento os defensores públicos Paulo Henrique Mariosa, Rodrigo Simões Rocha, Jacqueline Carneiro Roque Peyrer, Kacyla Maria de Castro e o coordenador Local substituto, Frederico Paiva Zucareli.

O Cejusc Itinerante promove a conciliação e a mediação em municípios que não são sede de comarca e têm baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) ou grupos em situação de vulnerabilidade social. Entre as atividades desenvolvidas pelo Cejusc Itinerante, estão audiências, esclarecimento de dúvidas e palestras, mutirões para expedição de títulos eleitorais e documentos pessoais.

AÇÕES EM DESTAQUE

## Coordenadora Local em Novo Cruzeiro ministra palestra sobre Álcool e Justiça

A coordenadora Local em Novo Cruzeiro, Angélica Sales Rocha Coutinho, ministrou palestra no domingo, dia 26 de novembro, na solenidade que marcou a comemoração dos 14 anos do grupo Renascer de alcoólicos anônimos, realizada no Centro de Convivência Amélie Boudet. Na oportunidade, a defensora pública abordou o tema "Álcool e Justiça".

De acordo com Angélica Coutinho, "a Defensoria Pública em Novo Cruzeiro assumiu o compromisso com a comunidade, no combate ao alcoolismo e uso de outras drogas ilícitas. Assim, é de fundamental importância a presença da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em eventos de cunho social, bem como é importante o esclarecimento da população a respeito das consequências, em âmbito jurídico, que o álcool ocasiona", frisou.

**Da esquerda para a direita: O farmacêutico, Geraldo César Lauer Campos; a farmacêutica, Maria Nágila Carvalho de Macedo Soares; a professora, Eva Elizabeth Santos; e a defensora pública, Angélica Sales Rocha Coutinho**



## Defensoria Pública participa de audiência na ALMG que debateu projeto de lei que regulamenta mediação de conflitos coletivos fundiários e socioambientais

FOTO DANIEL PROTZNER/ALMG



A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou, no dia 28 de novembro, da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para debater o Projeto de Lei (PL) nº 3.562/2016, que regulamenta procedimentos de mediação de conflitos coletivos socioambientais e fundiários rurais e urbanos.

O PL foi visto pelos participantes da audiência como mais uma ferramenta para construir soluções pacíficas para as disputas de propriedades rurais e urbanas. A proposição aguarda votação de parecer na comissão para, em seguida, ser analisada pela Comissão de Administração Pública, antes de seguir para o Plenário em 1º turno.

**A defensora pública Ana Cláudia Alexandre Storch**

## Eventos

# Defensoria Pública participa de encontro que discute a descriminalização de drogas

No dia 16.11.2017, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo defensor público Adhemar Della Torre Netto, em atuação na 1ª Defensoria do Tribunal do Júri, na abertura do Encontro Internacional Descriminalização das Drogas. O evento é promovido pela Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A defensora pública Cynthia Cazarim Vieira Braga, em atuação na comarca de Juiz de Fora, também participa do encontro.

O desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Alexandre Victor de Carvalho, ministrou a palestra magna “Descriminalização das Drogas sob a Ótica da Legislação no Brasil”. O magistrado apresentou um panorama histórico sobre como se fundamentou o combate ao uso de drogas e debateu os fundamentos que motivam o atual debate sobre a sua descriminalização.

De acordo com o desembargador, a descriminalização do uso das drogas é debatida hoje no Brasil tendo como viés argumentos econômicos, como o alto custo financeiro do combate ao tráfico e a necessidade de redução da população carcerária. Entretanto, Alexandre

de Carvalho afirmou que não é o lado econômico que deve pautar essa discussão e sim os aspectos humanos.

Os participantes defenderam que as mudanças na legislação sejam fundamentadas em um debate sobre o tema, levando em consideração os aspectos sociais, científicos e humanos.

O encontro continuou no dia 17 de novembro.

*Com informações da ALMG*



**Defensores públicos Adhemar Della Torre Netto e Cynthia Cazarim acompanhados pelo 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida**

**Defensor público Adhemar Della Torre Netto (4ª posição, à esquerda), compõe a mesa de honra**



## DPMG em Itajubá premia redações do concurso sobre o tema “A Proteção da Mulher e da Família”

*O chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 17 de novembro, na solenidade realizada pela Defensoria Pública em Itajubá, para a premiação das redações vencedoras do concurso sobre o tema “A Proteção da Mulher e da Família”, promovido pelo Projeto Conviver.*

*continua >>*

EVENTOS | *Continuação***DPMG em Itajubá premia redações do concurso sobre o tema “A Proteção da Mulher e da Família”**

O vice-presidente da OAB, Alexandre Masselli; a delegada de Mulheres, Karyna Tribst de Campos; o promotor de Justiça, André Cardoso Cavalcanti; o juiz de Direito, Fábio Aurélio Marcello, o vice-prefeito de Itajubá, Christian Gonçalves; o deputado estadual, Ulysses Gomes; o chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares; a defensora pública, Jacqueline Carneiro Roque; e a superintendente Regional de Ensino, Sílvia Renata

O concurso integra o conjunto de ações preventivas lançadas pelo Projeto Conviver com o objetivo de conscientizar sobre o aumento da violência contra a mulher na cidade, trabalhando com o envolvimento dos alunos, professores, gestores e demais profissionais nas escolas estaduais visando sua prevenção e extinção.

A cerimônia foi realizada no Teatro Municipal e abrangeu as categorias Desenho com Frase, Poesia, Crônica e Artigo de Opinião. Os vencedores foram contemplados com tablets, os segundos colocados, com bicicletas, e os terceiros colocados receberam mochilas com material escolar. O concurso envolveu os alunos da

rede estadual de Itajubá, desde o ensino fundamental e ensino médio, até a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a elevação da escolaridade (metodologia Telessala).

Em sua intervenção, Gério Patrocínio Soares destacou a importância do tema da redação, e referiu-se ao lema de Itajubá, “Revelemo-nos mais por atos do que por palavras”, como indicativo da relevância de ações como a promovida pelo Projeto Conviver.

O juiz Fábio Aurélio Marchello, um dos idealizadores do projeto, destacou o empenho de Jacqueline Roque na realização da premiação e prestou homenagem à defensora pública.

*continua >>*

**Público presente ao evento no Teatro Municipal**



EVENTOS | *Continuação***DPMG em Itajubá premia redações do concurso sobre o tema “A Proteção da Mulher e da Família”****Apresentação dos alunos da escola Cassimiro Osório****A cantora Joyce Mendes**

O promotor de Justiça, André Cardoso Cavalcanti ressaltou a contribuição dos professores para o concurso, e a importância da conscientização sobre a violência doméstica e familiar para o crescimento da sociedade. Destacou o trabalho realizado pela delegada Karyna Tribst de Campos à frente da Delegacia de Atendimento à Mulher.

O deputado Ulysses Gomes parabenizou as escolas pelo trabalho desenvolvido. “Conscientizar alunos para o combate à violência contra a mulher é fundamental para a formação de cidadãos mais conscientes”, destacou.

A superintendente Regional de Ensino, Sílvia Renata, disse que “trabalhar o tema da violência doméstica com os alunos é importante para a formação de cidadãos conscientes dos valores que sustentam as relações interpessoais sadias”.

A coordenadora Local da DPMG em Itajubá, Jacqueline Carneiro Roque Peyrer, ressaltou a união entre os organizadores do projeto, “o que contribuiu efetivamente para o seu sucesso e o alcance dos objetivos propostos”,

frisou. Em sua fala, destacou a colaboração e parceria com a Helibrás, Instituto Helibrás, Mahle, Supermercado Pilar, FRIVASA, Restaurante Dom Cesário, Casa Joka, Vera Cruz Florarte, Joyce Mendes, Caio Dalarosa, Francis Passos Produções, Leicam Fotografia, Angelita Vilela, Gonfer Instituto de Música, ACIEI, Piccolo, Expresso Gardênia, Auto Escola Minas Gerais, Bananas Lopes.

A abertura e o encerramento da solenidade contaram com apresentação da cantora itajubense Joyce Mendes, finalista do The Voice Kids 2.017. Alunos da escola estadual Cassimiro Osório também apresentaram uma peça teatral.

Durante o evento, foi exibido um vídeo exclusivo, enviado por Maria da Penha Maia Fernandes, que dá nome à lei que combate a violência doméstica e familiar contra a mulher, no qual aborda a importância do debate sobre tema e propostas do projeto Conviver.

**[Clique aqui para ver o vídeo enviado por Maria da Penha Fernandes para o evento.](#)**

## Defensoria Pública debate políticas públicas para reparação da violência contra negros

*Discussão aconteceu na Assembleia Legislativa e marcou o Dia Nacional da Consciência Negra*

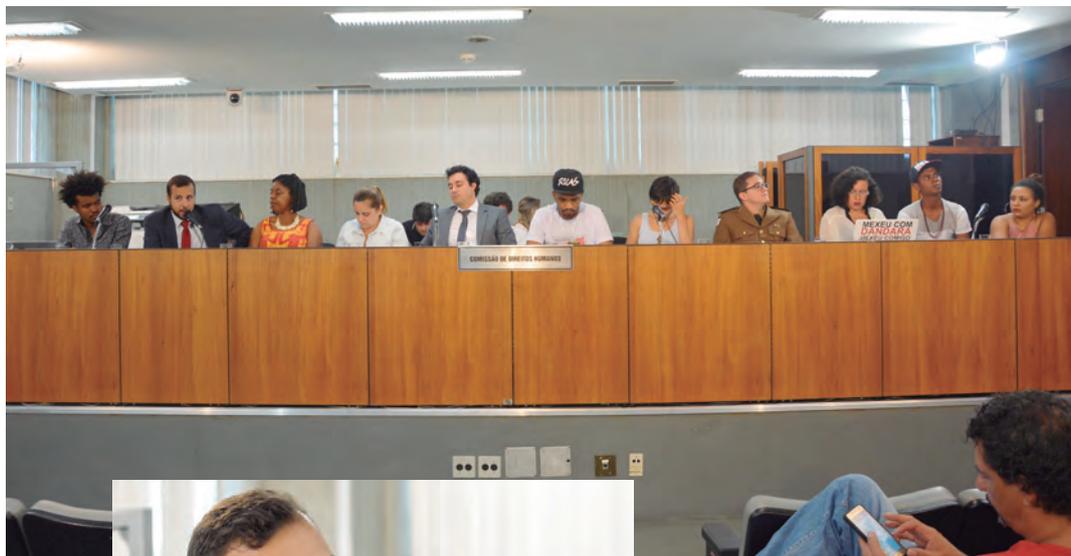
A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo assessor Institucional, Rômulo Luis Veloso de Carvalho, na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizada no dia 20.11.2017. A reunião fez parte das reflexões que marcam o Dia Nacional da Consciência Negra.

Durante o encontro, foram debatidas políticas pú-

blicas voltadas para a reparação da violência histórica sofrida pelos negros, em especial, pela juventude negra.

A coordenadora do Projeto Solta Minha Mãe e representante do Coletivo Pretas em Movimento, Fernanda Vieira de Oliveira, defendeu que a adoção de políticas públicas reparativas são um dever do País para como o povo negro.

*continua >>*

EVENTOS | *Continuação***Defensoria Pública debate políticas públicas para reparação da violência contra negros**

**Assessor Institucional, Rômulo Luis Veloso de Carvalho (2ª posição, à esquerda)**



**Rômulo Luis Veloso de Carvalho destacou o trabalho da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais no combate a práticas que reforçam o preconceito, como a apresentação de presos para imprensa**

A superintendente de Políticas Afirmativas e Articulação Institucional do Estado, Yone Maria Gonzaga, apontou que a violência e o genocídio da população negra, em especial dos jovens, traz uma série de consequências para o país.

A diretora de Juventude do Estado, Priscylla Ramalho, afirmou que a escola é um espaço fundamental para superar o racismo e a política educacional deve ser pautada na inclusão, com a incorporação dessa discussão no currículo escolar.

O assessor Institucional, defensor público Rômulo Luis Veloso de Carvalho, ponderou que as redes sociais viraram um instrumento de organização do discurso de ódio no Brasil. Para o defensor, nossa sociedade é marcadamente preconceituosa, sendo que esta discriminação, muitas vezes, aparece de maneira sutil, o que torna difícil o seu combate.

O secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, destacou que, nesse dia, o governador de Minas Gerais Fernando Pimentel assinaria decreto regulamentando a política estadual de povos e comunidades tradicionais. O objetivo é implementar políticas públicas voltadas para o

desenvolvimento sustentável de comunidade indígenas e quilombolas mineiros.

O deputado federal Reginaldo Lopes anunciou o lançamento de uma agenda legislativa no Congresso Nacional com o objetivo de propor soluções para o combate ao alto número de homicídios no Brasil. Segundo o parlamentar, os índices mostram que 80% das pessoas assassinadas no Brasil são negros.

O presidente da comissão e autor do requerimento, deputado Cristiano Silveira, defendeu a criação de uma agenda de discussão sobre o genocídio da juventude negra na Assembleia de Minas.

O representante da Autoorganização de Estudantes Negros das Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), João Vítor Martins Saraiva, afirmou que a falta de negros nos círculos de poder está ligada ao fato de que esses jovens são vítimas de violência muito cedo e não chegam à vida adulta.

O representante da Polícia Militar (PM), capitão Ricardo Gontijo Foureaux, apontou que na PM é feito um trabalho na formação dos oficiais, explicitando que a cor da pele ou a posição social não são motivos de suspeita, mas sim o comportamento. Ele destacou que existem problemas, mas que a corporação trabalha para corrigi-los e ressaltou que, na PM, não há uma sub-representação do negro, sendo que há vários negros ocupando posição de destaque hoje.

Para o músico Flávio Renegado, a presença de negros no comando da Polícia Militar mostra que, na verdade, muitos negros tiveram que morrer atuando como policiais. O músico defendeu que o Dia da Consciência Negra seja feriado em Minas Gerais e apontou que pretende colher assinaturas nesse sentido.

*Com informações da ALMG*

EVENTOS

## DPMG participa de audiência que debateu a situação de agentes penitenciários e socioeducativos

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo assessor Institucional, Rômulo Luis Veloso de Carvalho, no dia 21.11.2017, na audiência pública promovida pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que debateu a aplicação da Lei de Execução Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerando-se as ameaças e as condições de trabalho dos agentes penitenciários e socioeducativos no cumprimento de sua missão constitucional.

A necessidade de dilatação do prazo para a demissão dos agentes penitenciários e socioeducativos de Minas Gerais foi defendida unanimemente pelos participantes da audiência, realizada a requerimento dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite. O defensor público Rômulo Veloso de Carvalho também se manifestou favoravelmente à prorrogação do prazo e da modulação das demissões. Apesar da necessidade de se respeitar a regra do concurso público, o defensor concordou com os presentes de que não é possível a demissão imediata de milhares de agentes em uma realidade já deficitária dos membros. Foram destacadas ações da Defensoria na área de execução penal.

Segundo decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), todos os contratos devem ser finalizados até o dia 31 de dezembro deste ano, mas os participantes da audiência consideraram que o cumprimento



Da esquerda para a direita: O presidente da União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional do Estado de Minas Gerais (Unimasp), Ronan Rodrigues; o diretor financeiro do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais (Sindsisemg), Rômulo Francisco de Souza Assis; o diretor executivo do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais (Sindasp), Everaldo Márcio da Silva, o juiz Wagner de Oliveira Cavaleri; e o deputado Sargento Rodrigues; e o defensor público Rômulo Veloso de Carvalho

dessa determinação vai sobrecarregar os servidores que continuarem em serviço e gerar riscos para a vida e a saúde dos trabalhadores. Está pautada uma análise do órgão especial do TJMG sobre a possibilidade de modulação dos efeitos da decisão anterior.

*Com informações da ALMG*

## Audiência pública da ALMG comemora o Dia do Conselheiro Tutelar

O coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, representou a defensora-geral, Christiane Malard, no dia 21.11.2017, na audiência pública promovida pela Comissão de Esporte, Lazer e Juventude da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para celebrar o Dia do Conselheiro Tutelar, comemorado em 18 de novembro.

Durante o encontro, o defensor público lembrou os 27 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e abordou questões relativas às prerrogativas, competências e conquistas dos Conselheiros Tutelares. Destacou a necessidade de independência funcional do conselheiro tutelar, “profissional que precisa ter a autonomia prevista em lei para fazer seu trabalho, que é fundamental para a sociedade”, frisou. Nos debates, ressaltou-se o agradecimento à atuação da Defensoria Pública registrado pelos representantes do Conselho Tutelar Pampulha.

*Com informações da ALMG*

FOTO GUILHERME BERGAMINI/ALMG



O defensor público Wellerson Eduardo Corrêa

EVENTOS

## DPMG participa da abertura do fórum técnico “Semeando Letras: Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas”

A assessora institucional, Diana de Lima Prata Camargos, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na abertura da etapa final do fórum técnico “Semeando Letras: Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas”, realizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em parceria com as Secretarias de Estado de Cultura e de Educação. A solenidade aconteceu no dia 22.11.2017, na ALMG.

Até o dia 24 de novembro, serão realizadas discussões em painéis e grupos de trabalho, além da plenária final para a aprovação de sugestões que vão subsidiar o Plano Estadual do Livro, norma que vai estabelecer metas e diretrizes para incentivar a leitura e democratizar o acesso às bibliotecas pelos próximos dez anos.

As propostas, que serão apresentadas durante a etapa final, foram definidas nas etapas regionais, realizadas entre os meses de agosto e novembro, em cidades polos do Estado. O fórum recolheu, também, sugestões populares, por meio de consulta pública on-line.

De acordo com a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro, em 2015, aproximadamente 44% da população brasileira não tem o costume de ler. Esse percentual deixou o País na 27ª posição do ranking mundial de leitura, formado por 30 países e liderado pela Índia, conforme comparativo realizado pela empresa norte-americana de consultoria NOP World.

Com informações da ALMG



Secretária Executiva do Plano Nacional Livro e Leitura, Renata Costa; assessora institucional da DPMG, Diana Camargos; juiz de Direito, Renato César Jardim; presidente da Comissão de Cultura da ALMG, deputado Bosco; secretária de Estado de Educação, Macaé Maria Evaristo dos Santos; procurador de Justiça, Márcio de Andrade; secretário de Estado de Cultura, Angelo Oswaldo de Araújo Santos; e coordenador-geral do Plano Estadual do Livro, da Secretaria de Estado da Cultura, Lucas Guimaraens de Araújo Ribeiro



Apresentação cênica do Projeto Palavra Viva, durante a abertura da etapa final do fórum técnico “Semeando Letras: Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas”

EVENTOS

## Defensor público participa de audiência da ALMG sobre inclusão de alunos com deficiência

O defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, foi representado pelo defensor público Luis Renato Braga Areas Pinheiro, na audiência pública promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para debater a política de inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino. A reunião aconteceu no dia 24.11.2017 e contou com a participação de parlamentares, da subsecretária de Estado de Educação Básica, Augusta Mendonça, além de professores e pais de alunos.

A maior preocupação é que a medida esteja sendo entendida como uma orientação para o gradual encerramento das atividades das escolas especiais, impressão reforçada por depoimentos de mães que não conseguiram matricular seus filhos nessas instituições.

Familiares de crianças com deficiência são contra matrícula obrigatória em escolas regulares, sem estrutura para inclusão, e relataram que, devido à falta de adaptação, é grande o número de evasão de alunos incluídos na rede regular de ensino.

A subsecretária de Estado de Educação Básica, Augusta Mendonça, garantiu, no entanto, que as escolas especiais não serão fechadas. Além de garantir que não há qualquer orientação para a interrupção do trabalho

nessas instituições, a subsecretária disse que será montado um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de algumas escolas de excelência serem transformadas em centros de referência em educação especial. A ideia é que eles possam não só contribuir para a aprendizagem das pessoas com deficiência, como subsidiar a formação de profissionais para o setor.

Sobre os relatos de que instituições especiais estariam impedindo novas matrículas de alunos, Augusta Mendonça credita o problema a uma falha de comunicação entre os pais e as próprias escolas com as superintendências regionais de ensino (SREs).

Existe a diretriz de que os responsáveis inscrevam, prioritariamente, seus filhos em escolas regulares. No entanto, aqueles que não concordarem, devem comunicar essa decisão às SREs, para que elas deem encaminhamento à demanda. Muitas vezes, porém, o Poder Executivo acaba nem tomando ciência dessa situação, explicou a subsecretária.

Para contornar o problema, serão organizadas reuniões com representantes das escolas especiais, para que qualquer mal-entendido seja esclarecido e a demanda, acomodada.

*Com informações da ALMG*

**Defensor público Luis Renato Braga Areas Pinheiro (1ª posição, à direita) participa do debate sobre inclusão e situação das escolas especiais**



## Defensoria Pública participa da abertura da Semana Nacional da Conciliação em Minas Gerais

*O defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, foi representado pela coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, na abertura oficial da Semana Nacional da Conciliação em Minas Gerais realizada no dia 27.11.2017, no auditório do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).*

O corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, proferiu a palestra magna com o tema “Política Nacional do Judiciário em Relação aos Métodos Adequados de Solução de Conflitos”. Em sua exposição, o ministro falou sobre a importância crescente da adoção de métodos autocompositivos, como conciliação e mediação, na solução de conflitos.

Esta é a 12ª edição da Semana Nacional da Conciliação, promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a finalidade de conscientizar cortes estaduais, trabalhistas e federais para a necessidade de valorizar e incentivar os métodos consensuais de resolução de conflitos. A mobilização se estende até sexta-feira, 1º de dezembro.

Durante o evento, o TJMG e empresas parceiras assinaram um protocolo de intenções, por meio do qual foi registrado o interesse das instituições de reforçar laços de cooperação com o Judiciário mineiro, participando de pautas extraordinárias durante a Semana da Conciliação e dando continuidade a essas iniciativas ao longo

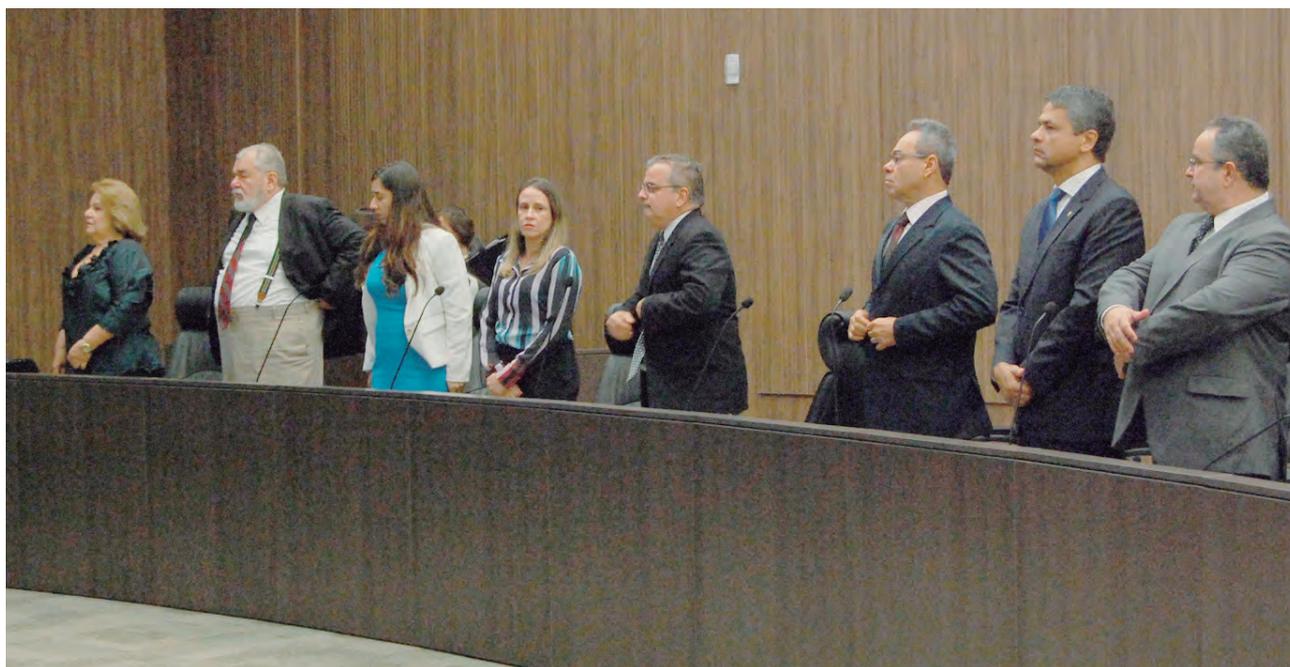
do ano. As empresas são demandadas com frequência para participar de audiências de conciliação do Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública.

Também foi lançado o Sistema Informatizado de Mediação e Conciliação (Sime).

Na abertura, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, destacou a presença do ministro João Otávio de Noronha, observando que isso certamente estimularia ainda mais os juízes, pelas diversas comarcas mineiras, a bater recordes de acordos ao longo desta semana de mobilização. Ressaltou também a presença de representantes das diversas empresas parceiras, o que demonstrava a boa vontade de todos com a cultura da conciliação e da pacificação social.

O presidente observou, ainda, que o Judiciário mineiro tem se comprometido intensamente com as formas consensuais de solução de conflitos, apresentando historicamente grande adesão durante as semanas de conciliação.

*Com informações do TJMG*



**Coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser (5ª posição, à direita), compõe a mesa de honra**

EVENTOS

## Defensoria Pública participa da entrega da Comenda Teófilo Ottoni



O defensor público e chefe de gabinete, Gério Patrocínio Soares (segunda posição, da direita para a esquerda, na primeira fila)

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares, na solenidade de entrega da Comenda Teófilo Ottoni, realizada na segunda-feira, dia 27, na escola municipal infantil Irmã Carvalho, no Serro. O secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães, representou o governador Fernando Pimentel na solenidade.

A comenda foi instituída em 2007 para homenagear pessoas e instituições que se dedicaram ao desenvolvimento político, cultural, econômico e social das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. A lei prevê que a entrega da medalha seja feita anualmente, em cerimônia realizada no mês de novembro, alternadamente nos municípios do Serro e de Teófilo Otoni.



O secretário de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães e o defensor público Gério Patrocínio Soares



O defensor público Gério Patrocínio Soares e o secretário de Estado de Casa Civil, Marco Antônio de Rezende

EVENTOS

## Defensoria Pública participa de evento em casa de acolhimento da Rede Cuidar

No dia 28.11.2017, o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, foi representado pela assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, em visita realizada pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) ao Lar Cristo Rei, destinado ao acolhimento de idosos em situação de risco, no bairro Diamante, na região do Barreiro.

Na ocasião, a presidente do Servas, Carolina Pimentel, anunciou o repasse de R\$ 10,92 milhões para as unidades socioassistenciais do Programa Rede Cuidar.

Deste montante, R\$ 10 milhões são provenientes de recursos da Loteria Mineira – e o restante de emendas parlamentares. Os valores serão repassados ainda este ano para 364 unidades socioassistenciais não governamentais e governamentais. Cada instituição receberá cerca de R\$ 30 mil.

O Programa Rede Cuidar, coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese), em parceria com a Loteria do Estado de Minas



**Procurador-geral de Justiça Adjunto Institucional do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Rômulo Ferraz; assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e a presidente do Servas, Carolina Pimentel**

Gerais e apoio do Servas, visa apoiar técnica e financeiramente as unidades da rede socioassistencial que apresentem maior situação de fragilidade.

*Com informações da Agência Minas*



**Assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (1ª posição, à direita da placa) prestigiou o evento**

## Defensora pública ministra palestra sobre justiça restaurativa na XII Semana Nacional de Conciliação, em Ponte Nova

A coordenadora Local da Defensoria Pública em Ponte Nova, Maria Antonieta Rigueira Leal Gurgel, ministrou palestra sobre justiça restaurativa, dia 28.11.2017, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) local, durante a XII Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça. Em Ponte Nova, o evento conta com o apoio da Defensoria Pública, Cejusc Centro Judiciário de Solução de Conflitos e a Faculdade Dinâmica.

Acompanham a defensora pública, durante a palestra, o professor de filosofia, Wander Torres Costa, e a psicóloga do Complexo Penitenciário de Ponte



***Clique aqui para acessar a entrevista da defensora pública para a TV Educar.***

Nova, Iraildes Neves de Moura, ambos facilitadores do método da justiça restaurativa.

*Com informações da Adep-MG*

EVENTOS

## Defensores públicos prestigiam lançamento de livro sobre direito parlamentar

Os assessores da Defensoria-Geral, Diana de Lima Prata Camargos e Cláudio Miranda Pagano, participaram, no dia 28 de novembro, do lançamento do livro “Direito Parlamentar: discussões contemporâneas”, organizado pelo professor José Alfredo Baracho Júnior e pelo consultor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e membro do conselho editorial da revista *.DEF*, produzida pela DPMG, Bruno Cláudio Penna Amorim Pereira. O lançamento aconteceu na Livraria D’Plácido, em Belo Horizonte.

A obra, que conta ainda com trabalhos de outros servidores da ALMG, traz textos que destacam temáticas relacionadas ao direito parlamentar, buscando refundar ideias compatíveis com os mandamentos constitucionais.

**Assessores da Defensoria Geral, Diana Camargos e Cláudio Pagano, e o consultor da ALMG, Bruno Amorim, um dos organizadores da obra**



## Defensoria Pública participa de formatura do Pronatec na Penitenciária José Maria Alckmin

O coordenador da Regional Metropolitana e Local da DPMG em Ribeirão das Neves, Dante Otávio Simeão Gontijo, representou o defensor público-geral, em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, no dia 28.11.2017, na solenidade de formatura de 24 alunos da Penitenciária José Maria Alckmin no curso de Assistente Administrativo, promovido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Presente à solenidade a subsecretária de Humanização do Atendimento da Secretaria de Administração Prisional (Seap),

defensora pública Emília Eunilce Alcaraz Castilho.

O projeto é uma parceria entre a Secretaria de Administração Prisional e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes).

O defensor público parabenizou os formandos ressaltando que “os bons são sim a maioria. E, hoje, cada um dos senhores superou os erros individuais e conseguiu trazer esperança a cada um de nós que prestigia essa importante formatura”.

FOTO: SEAP/DIVULGAÇÃO



O coordenador da Regional Metropolitana e Local da DPMG em Ribeirão das Neves, Dante Otávio Simeão Gontijo (1ª posição); e a subsecretária de Humanização do Atendimento da Secretaria de Administração Prisional (Seap) defensora pública Emília Castilho (3ª posição)

## Escola Superior

# Esdep incentiva a participação de defensores públicos mineiros no XIII Conadep

*Defensores públicos mineiros, em atuação em diversas comarcas do Estado, participaram do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos (Conadep), de 15 a 17 de novembro, em Florianópolis.*

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) incentivou a presença dos defensores públicos no evento, inclusive promovendo o sorteio de cinco inscrições, passagens e diárias, bem como ofertou aos vencedores do concurso interno de Práticas Exitosas todo o custeio para participarem. Outras duas inscrições também foram sorteadas.

No encontro, foram apresentadas três práticas mineiras no concurso Práticas Exitosas: "Qualificação do Atendimento de Dependentes de Substâncias Psicoativas", apresentada pelo defensor público e coordenador da Defensoria Especializada de Saúde, Bruno Barcala Reis, com a participação dos defensores públicos Rodrigo Aubert Andrade Delage, Carlos Magno Miqueri da Costa e Fernanda de Sousa Saraiva; "Projeto Sala de Espera", apresentada pela defensora pública Eliane Aparecida de Castro Medeiros; "Cuidado Além das Grades", apresentada pelas defensoras públicas Bárbara Silveira Machado Bissochi e Alessa Pagan Veiga, com a participação dos defensores públicos Evaldo Gonçalves da Cunha, Fernando Souza Vilefort, Gustavo Humberto Ramos e Maria Cristina Gonçalves dos Santos. Foi apresentada ainda a tese "A emenda constitucional nº 80 e a iniciativa de Lei da Defensoria Pública", pelo defensor público Flávio Wandeck.

O livro com as práticas e as teses do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos já está disponível no site da Anadep na seção "Publicações". A edição reúne 46 trabalhos de defensoras e defensores públicos de todo o país.

Presente no evento, a diretora da Esdep-MG, Hellen Caires Teixeira Brandão, participou também da reunião ordinária das Escolas de Defensorias Públicas.

*Com informações da Adep-MG e Anadep*



**Diretora da Esdep-MG, Hellen Caires Teixeira Brandão; assessor Institucional da Defensoria-Geral, Rômulo Luis Veloso de Carvalho; ministro do STJ, Nefi Cordeiro; defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard**

### Ministro Nefi Cordeiro

Após o encerramento da solenidade de abertura do XIII Conadep, no dia 15 de novembro, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e a diretora da Esdep-MG, Hellen Caires, encontraram-se com o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Nefi Cordeiro.

O ministro, um dos palestrantes da noite, falou sobre a atuação da instituição na área penal e defendeu a sua autonomia administrativa e financeira. No encontro o Nefi Cordeiro se recordou da palestra proferida durante a inauguração da Escola Superior mineira, em fevereiro deste ano. Ressaltou que, foi nessa ocasião, a partir de conversa com uma defensora pública de Minas Gerais, que começou a mudar seu entendimento do marco legal para a somatória de penas. O ministro, ainda, elogiou a atuação dos defensores públicos junto aos Tribunais Superiores, em Brasília.



**Defensor público Bruno Barcala Reis**

FOTO: DIEGO ALVARENGA/ADEP-MG



**Defensora pública Eliane Medeiros**



**Defensora pública Bárbara Bissochi**

FOTO: DIEGO ALVARENGA/ADEP-MG



**Defensor público Flávio Wandeck**

ESCOLA SUPERIOR

## Defensoria Pública realiza o II Encontro Estadual de Execução Penal

*Entre os dias 23 e 24 de novembro aconteceu o II Encontro Estadual de Execução Penal, realizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) e pela Câmara de Estudos de Execução Penal.*



A partir da esquerda: Marolinta Dutra, representando o presidente da Associação dos Defensores Públicos (Adep-MG), Eduardo Cyrino Generoso; o secretário do Conselho Superior da DPMG, Galeno Gomes Siqueira; a advogada Luz Amparo Llanos Villanueva; a diretora da Esdep-MG, Hellen Caires Teixeira Brandão; a defensora-geral, Christiane Malard; deputado estadual, Isauro Calais; desembargador do TJRS, Amilton Bueno de Carvalho; o corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro; presidente da Câmara de Estudos da Execução Penal da DPMG, defensor público Antônio Carlos Moni de Oliveira; e o presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal, desembargador Alexandre Vítor de Carvalho

O encontro teve como principais objetivos o debate sobre temas pertinentes à área e a capacitação dos defensores públicos em atuação nas varas de Execução Penal.

Compuseram a mesa de abertura: a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; a diretora da Esdep-MG, Hellen Caires Teixeira Brandão; o deputado Isauro Calais; os palestrantes da manhã: desembargador do TJRS, Amilton Bueno de Carvalho e a advogada Luz Amparo Llanos Villanueva; o presidente da Câmara de Estudos da Execução Penal da DPMG, defensor público Antônio Carlos Moni de Oliveira; o presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal, desembargador Alexandre Vítor de Carvalho; o corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro; o secretário do Conselho Superior da DPMG, Galeno Gomes Siqueira e membro do Conselho Consultivo da Associação dos Defensores Públicos (Adep-MG), Marolinta Dutra, representando o presidente da entidade, Eduardo Cyrino Generoso.

A defensora-geral, Christiane Malard falou sobre a importância da realização do seminário, como um instrumento de aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Defensoria Pública na área da execução penal, “estimulando o defensor público e articulando a sociedade em torno da Instituição”, completou.

Christiane Malard disse, ainda, que a Defensoria Pública tem atuação maciça na execução penal, ressaltando que não é possível discutir o tema sem sua presença.



**Diretora da Esdep-MG, Hellen Caires; defensora pública-geral, Christiane Malard; e deputado estadual, Isauro Calais**

“Somos responsáveis pelos maiores complexos penitenciários do segundo estado mais populoso do país e, com o cumprimento da Emenda Constitucional 80, teremos condições de prestar assistência a todos os reclusos”, enfatizou.

“É a Defensoria Pública – continuou a defensora-geral – o órgão de execução penal determinante para socorrer os mais necessitados, em um contexto de absoluta degradação de sua dignidade”, finalizou.

*continua >>*

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***DPMG realiza o II Encontro Estadual de Execução Penal**

A diretora da Esdep-MG, Hellen Caires Teixeira Brandão, expressou a satisfação em estrear o novo auditório da Defensoria Pública, “à medida que vamos desenvolvendo a parte estrutural, temos mais segurança em iniciar novos projetos”. Hellen Caires ressaltou, também, que apesar de ainda ser jovem, a Instituição já possui um trabalho, reconhecido pelo Estado, na área de execução penal.

O deputado estadual Isauro Calais, em seu pronunciamento, destacou a importância da discussão do tema e, também, parabenizou o esforço da Defensoria-Geral em prol de novas conquistas para a DPMG nos últimos tempos. “A realização deste encontro, representa o empenho da atual gestão na busca de avanços, não só na área estrutural, mas também, na qualificação de seus membros. Quando se fala em direitos para todos, significa qualidade e quantidade de defensores públicos suficiente para atender a todos os que necessitam do trabalho da Defensoria Pública no Estado”, concluiu.

O presidente da Câmara de Estudos de Execução Penal da DPMG, defensor público Antônio Carlos Moni, disse que o grupo busca difundir os conhecimentos de Execução Penal entre os defensores da área, para assim, estabelecer uma atuação mais uniforme dentro da Defensoria de Minas Gerais. “Nossa intenção é oferecer, cada vez mais, qualidade para a atuação do defensor público”, completou.

O presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal, desembargador Alexandre Vítor de Carvalho, ressaltou a parceria entre a Defensoria Pública e o órgão consultivo, destacando a crescente estruturação da Instituição nos últimos anos. “É fundamental a paridade entre os órgãos de Justiça, não só no processo, mas também, na estrutura física”, finalizou.

*continua >>***Diretora da Esdep-MG, Hellen Caires Teixeira Brandão****Deputado estadual Isauro Calais****Defensor público e presidente da Câmara de Estudos de Execução Penal da DPMG, Antônio Carlos Moni****Presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal, desembargador Alexandre Vítor de Carvalho**

**DPMG realiza o II Encontro Estadual de Execução Penal****Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Amilton Bueno de Carvalho****Palestras**

Abrindo as palestras, o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Amilton Bueno de Carvalho, falou sobre “O papel do defensor público em tempos de cólera punitivista”.

Entre os pontos abordados, o desembargador Amilton Carvalho falou sobre a necessidade de olhar diferenciado para o direito penal e apresentou sua visão sobre a atuação do defensor público da área. “O direito penal não é família, nem cível, nem trabalho, é preciso um compromisso e um atuar diferenciado dos demais operadores do direito. O defensor público deve ser odiado por todos, pois no dia em que ele deixar de ser odiado e passar a ser conivente com os demais entes do sistema, ele destrói a vida de pessoas. O acusado tem todo um

aparato do estado para acusá-lo e, a favor dele, somente o defensor público”, disse.

O desembargador falou, ainda, sobre a simplificação da violência, como sendo a impunidade o principal fator para seu aumento. “Todo mundo fala sobre isso: o Judiciário, o Estado, a mídia e a academia, mas não existe trabalho de campo algum que associe a queda ou o aumento da violência à penalização ou não do crime. Há uma necessidade coletiva em simplificar a complexidade deste fenômeno para dar respostas imediatas de algo que a sociedade e o poder público não sabem como solucionar”, explicou.

A segunda palestra, foi proferida pela advogada e professora, doutora Luz Amparo Llanos Villanueva, que falou sobre “O Garantismo Penal e os Direitos Humanos no contexto atual”. A palestrante explicou o que é e qual a origem do garantismo penal e falou, também, sobre a atual abordagem do tema nas legislações penais dos países latino-americanos.

Doutora Luz Villanueva abordou, ainda, a teoria do direito penal na contemporaneidade, principalmente, frente aos Direitos Humanos, e também, a importância do garantismo no desenvolvimento dos tratados de Direitos Humanos na esfera internacional.

A mesa “Repercussão do decreto de indulto/comutação de 2016 x Superlotação carcerária”, que abriu os trabalhos à tarde, teve como debatedores os defensores públicos Antônio Carlos Moni de Oliveira e Marcella Moraes Pereira das Neves, com presidência do defensor público Paulo Henrique Drummond Monteiro.

**Doutora Luz Amparo Llanos Villanueva***continua >>*

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***DPMG realiza o II Encontro Estadual de Execução Penal**

A diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira; os defensores públicos, Antônio Carlos Moni e Paulo Henrique Drummond; e a defensora pública, Marcella Moraes Pereira

A defensora pública Marcella Moraes Pereira das Neves abordou a ausência de previsão do direito de comutação no decreto de indulto de 2016, “o que veio a configurar inadmissível restrição em matéria de direitos fundamentais e penas”, frisou. “O decreto é um retrocesso no campo dos direitos e garantias fundamentais, ao privilegiar a superlotação”, destacou, ressaltando que “a comutação é legítima expectativa das pessoas privadas de liberdade”.

Marcella Moraes realçou que o decreto “pode ser comparado a instrumentos jurídicos da ditadura, ao cercar direitos já garantidos e básicos da pessoa humana”.

O presidente da Câmara de Estudos da Execução Penal da DPMG, Antônio Carlos Moni de Oliveira, por sua vez, considerou o decreto “mais restritivo e com reflexos na população carcerária ao limitar os benefícios e direitos para a progressão de penas”. Destacou a necessidade de atuação em rede sistêmica, com foco na inclusão do assistido e a expectativa de que o decreto de indulto deste ano apresente avanços na matéria.

Na sequência dos trabalhos, foi apresentado vídeo da defensora pública Barbara Silveira Machado Bissochi, em atuação em Uberlândia, no qual ela apresenta o projeto Além das Grades. Este projeto consiste em realizar atendimento integrado e multidisciplinar às mulheres encarceradas na cidade de Uberlândia-MG, de modo que recebam atendimento e orientação jurídica sobre sua situação no cárcere (direito criminal, execução da pena e garantia de direitos fundamentais), bem como sua situação familiar (questões de direito das famílias), incluindo o atendimento que ultrapasse a pessoa da reeducanda, alcançando sua família, especialmente seus filhos menores (proteção dos direitos das crianças/adolescentes).

“Saúde e Drogadição no sistema prisional” foi o tema do segundo painel, com a participação do psiquiatra

Aloísio Antônio Andrade de Freitas e do coordenador Local em Caratinga, Paulo César Azevedo de Almeida.

Aloísio Andrade apresentou um histórico do uso de drogas, lícitas e ilícitas, na sociedade. Destacou que “a dependência química é adoecimento da vontade e a família e o poder público devem intervir para ajudar na superação da dificuldade. No sistema prisional ocorre a drogadição por medicamentos, criando a dependência, o que acarreta reflexos na vida social, quando a pessoa está em cumprimento de regime aberto, o que pode ocasionar a regressão de pena ou perda da oportunidade de ressocialização”, ressaltou.

O psiquiatra apontou a ocorrência de subnotificação do uso de drogas no sistema prisional e a necessidade de um trabalho multidisciplinar para enfrentar a questão, em áreas como a saúde, educação e assistência social. “O atendimento ao condenado que apresente vício em drogas exige uma rede integrada de atenção, incluindo os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD)”, defendeu.

*continua >>*



O psiquiatra Aloísio Andrade e o defensor público Paulo César Azevedo

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***DPMG realiza o II Encontro Estadual de Execução Penal**

O coordenador Local em Caratinga, Paulo César Azevedo de Almeida apresentou a experiência com o Projeto Recomeçar, uma rede integrada de atenção ao condenado que apresente vício em drogas, a fim de possibilitar que seu retorno ao convívio social seja mais eficiente. O projeto tem como metodologia a conjugação de assistência jurídica, tratamento psicológico ao condenado, paralelamente à prestação de serviços de assistência social à família do recuperando.

O Projeto Recomeçar é fruto de uma parceria entre a Defensoria Pública Criminal e de Execução Penal da comarca de Caratinga, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), o Centro Universitário de Caratinga (UNEC), e a Prefeitura Municipal de Caratinga, por meio do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD) e a Secretaria de Desenvolvimento Social.

**Segundo dia**

No dia 24 de novembro, o defensor público Patrick Cacicedo, em atuação em São Paulo, ministrou palestra sobre “Atuação estratégica na execução penal”, tendo como foco evitar a dessocialização. Relatou ações promovidas pela Defensoria Pública de São Paulo, descrevendo os instrumentos e estratégias utilizados para conseguir resultados positivos nas ações ajuizadas. Foram abordados temas nas áreas de saúde, educação, assistência social, saúde mental revista vexatória, fornecimento água ininterrupto e banho quente nas cadeias. Explicou como a divulgação pela imprensa pode favorecer o ajuizamento de ações, mudando o perfil conservador da Justiça, como nos casos de denúncia da realização de partos com a condenada algemada e de revista vexatória.

Conforme Patrick Cacicedo, “cada ação exige estudo e pesquisas de modo a subsidiar o seu encaminhamento de forma a que possa se tornar vitoriosa. Instrumentos e estratégias serão adotados conforme os objetivos e a realidade de cada caso”, destacou.

O painel “APAC – uma esperança para a execução penal”, contou com a participação do juiz de direito Luiz Carlos Rezende e Santos, da defensora pública Ana Paula Carvalho Starling Braga, em atuação na Defensoria de Execuções Penais da Capital e do promotor de Justiça Franklin Higino Caldeira Filho.

A defensora pública Ana Paula Starling explicou sobre a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), “uma alternativa muito bem vinda para o cumprimento de pena privativa de liberdade, que visa a humanização da pena, que é uma bandeira de nós, defensores públicos”, realçou. “A metodologia APAC restabelece a confiança no condenado, favorecendo a sua recuperação”, destacou. Nela “é fundamental a participação da sociedade para que os objetivos sejam alcançados”, afirmou.



**O defensor público Patrick Cacicedo**

Ana Paula Starling finalizou sua explanação sugerindo que a Defensoria-Geral “abraçasse o modelo APAC como política institucional, fomentando a sua implantação em Minas Gerais”.

O promotor de Justiça Franklin Higino Caldeira Filho relatou sua experiência na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Itaúna e como essa maneira de tratar a execução penal mudou sua postura como promotor. Ressaltou que a metodologia propicia a ressocialização e a integração de todos os envolvidos no processo.

O juiz de direito Luiz Carlos Rezende e Santos relatou sua experiência com as Apacs e apresentou um histórico do modelo, suas perspectivas, estágio atual e desafios. “O método fomenta a justiça restaurativa, pacifica as relações e fortalece os laços de família, a convivência com o próximo, com respeito e solidariedade”, destacou. “O modelo permite a ressocialização dos presos a partir da assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica”, frisou.

Luiz Carlos Rezende destacou a importância de “humanizar o cumprimento da pena privativa de liberdade para os objetivos de ressocialização. O modelo é uma alternativa que favorece a mudança nas pessoas, proporcionando sua ressocialização e integração à sociedade”, disse.

“Que a Defensoria Pública possa encampar o modelo Apac, conforme solicitado pela defensora pública Ana Paula Starling”, desejou Luiz Carlos Rezende.

O juiz de Direito Cláudio Prado do Amaral encerrou o seminário com a palestra “A devida execução da pena privativa de liberdade”. Discorreu sobre os fundamentos da execução da pena privativa de liberdade no direito penal, direito processual penal, sociologia jurídica e filosóficos. Destacou a multidisciplinaridade como a principal característica para se trabalhar a execução penal.

*continua >>*

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***DPMG realiza o II Encontro Estadual de Execução Penal**

Promotor de Justiça Franklin Higino Caldeira Filho; defensores públicos Ana Paula Starling e Rodrigo Zamprogno; e juiz de direito Luiz Carlos Rezende e Santos



Defendeu que “a devida execução da pena deve evitar a dessocialização. O defensor público deve usar a multidisciplinaridade para buscar fundamentos para a sua ação na busca da execução devida da pena”, destacou. Citou como exemplo a adoção do *numerus clausus* (número fechado), identificado como o princípio ou o sistema organizacional pelo qual cada nova entrada de uma pessoa dentro do sistema prisional precisa corresponder a pelo menos uma saída, de modo que a proporção “presos-vagas” se mantenha sempre em estabilidade ou em redução.

Juiz de Direito Cláudio Prado do Amaral



Público presente no II Encontro Estadual de Execução Penal na DPMG





ESCOLA SUPERIOR | *Continuação*

## DPMG participa de reunião que discutiu ocupação indígena na Fucam e entrega livros à comunidade

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou, no dia 17.11.2017, de reunião na Fundação Educacional Caio Martins (Fucam), que discutiu alternativas quanto à ocupação indígena no Centro Educacional de Esmeraldas.

Participaram do encontro a presidente e o vice-presidente da Fucam, Maria Tereza Lara e Gildázio

Santos; o superintendente de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, João Pio; a representante dos índios pataxós, Marinalva Maria de Jesus Sousa; e a psicóloga Andreia Pereira.

Na oportunidade, Ana Cláudia Alexandre Storch entregou os livros, elaborados pela UFMG e destinados à educação indígena. Os livros foram recebidos e doados por meio da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) para a comunidade Pataxó.



A defensora pública Ana Cláudia Alexandre Storch e representantes da comunidade Pataxó com os livros arrecadados pela Esdep

## Especialização em Direito Sanitário, disponibilizado pela Esdep, é concluído

Foi concluído o curso de especialização em Direito Sanitário, disponibilizado pela Escola Superior da Defensoria Pública, por meio do termo de cooperação técnica entre a Defensoria Pública e a Escola de Saúde Pública.

O curso, que começou em maio de 2016, com duração de 360 horas, contou com a participação, por meio de sorteio, de um defensor público e três servidores da DPMG.

Além dos temas relacionados ao Direito como introdução ao Direito Público, Direito Constitucional Sanitário e Noções de prestação jurisdicional, foram abordados temas relacionados com a saúde do trabalhador e seguridade social; noções de epidemiologia; saúde baseada em evidências e avaliação tecnológica em saúde; financiamento e alocação de recursos em saúde, espaço de interlocução de práticas em saúde.



ESCOLA SUPERIOR

## Curso Defensoras Populares segue com aulas práticas

Começaram no dia 27 de novembro, as aulas práticas do curso “Defensoras Populares”, oferecido pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) e a Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência.

As alunas visitaram a Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência, o Centro Integrado da Mulher (CIM), a Delegacia Especializada da Mulher e a sala de apoio na 16ª Vara Criminal, conhecendo a rotina de cada setor e as formas de acessar cada órgão, complementando o curso que

totalizará 42 horas-aulas de atividades expositivas e de debates entre as participantes.

O curso “Defensoras Populares” é voltado para mulheres que se destacam como lideranças em suas comunidades e possuem protagonismo ou intenção de se capacitarem para atuarem na defesa da mulher vítima de violência. O cronograma vai até o dia 15 de dezembro, quando ocorrerá a formatura do grupo. As aulas são realizadas aos sábados e à noite na Sede I da Defensoria Pública (rua dos Guajajaras, 1707, bairro Barro Preto).



A defensora pública Samantha Vilarinho (2ª posição da direita para a esquerda, na primeira fila) com alunas do curso Defensoras Populares

### Homenagens

## Assessor Institucional é homenageado pela Corregedoria-Geral de Justiça

*O assessor Institucional, defensor público Nikolas S. Macedo Katopodis, foi agraciado com a Medalha de Mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena, honraria concedida pela Corregedoria-Geral de Justiça. A solenidade aconteceu no dia 17.11.2017, no auditório do 1º Tribunal do Júri do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte.*

Prestigiaram a cerimônia a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard; e os defensores públicos Adhemar Della Torre Netto e João Henrique Renno Matos.

O evento contou com a presença do corregedor-geral de justiça, desembargador André Leite Praça; do 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Mi-

nas Gerais (TJMG), desembargador Geraldo Augusto de Almeida, representando o presidente, desembargador Herbert Carneiro; e do 2º vice-presidente do TJMG, desembargador Wagner Wilson Ferreira; além de outras autoridades e amigos e familiares dos 36 homenageados.

continua >>

HOMENAGENS | *Continuação***Assessor Institucional é homenageado pela Corregedoria-Geral de Justiça**

1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida; assessor Institucional, defensor público Nikolas S. Macedo Katopodis; e o corregedor-geral de justiça, desembargador André Leite Praça



Em seu discurso, o corregedor-geral de justiça, desembargador André Leite Praça, lembrou que os condecorados são pessoas que têm exemplos de vida profissional, valores humanos e diferenciada atuação em prol da Justiça de Primeira Instância. Segundo o magistrado, era possível resumir a homenagem em uma só palavra: reconhecimento.

O 1º vice-presidente do TJ, desembargador Geraldo Augusto de Almeida, falou sobre a justa, merecida e adequada homenagem que estava sendo prestada. “É a mais alta honraria concedida aos magistrados, servidores e a outras personalidades e cidadãos”.

**Medalha de Mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena**

A condecoração foi criada em novembro de 1986. Os fatores que contribuíram para eleger os agraciados desta edição foram, de forma prioritária, abnegação, antiguidade, dedicação, dinamismo, eficiência, presteza e produtividade no cumprimento dos deveres funcionais e ainda, em alguns casos, trabalhos de relevância e integração com as ações e os projetos da Corregedoria-Geral de Justiça.

A defensora-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi agraciada com a honraria em 2016.



Secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Rezende; assessor Institucional, defensor público Nikolas Katopodis; e a DPG Christiane Malard



Defensora-geral, Christiane Malard; 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida; e o defensor público Nikolas Katopodis



Defensores públicos Adhemar Della Torre Netto e João Henrique Renno Matos; defensora-geral, Christiane Malard; assessor Institucional, defensor público Nikolas Katopodis; e juiz diretor do Foro da comarca de Belo Horizonte, Marcelo Fioravante

HOMENAGENS

## Defensor público é agraciado com a Medalha Desembargador Hélio Costa em Campo Belo

O coordenador Local da Defensoria Pública em Campo Belo, Luís Gustavo Vitorino Alves, foi agraciado com a Medalha Desembargador Hélio Costa, em solenidade realizada no dia 23.11.2017, no Salão do Júri do Fórum da comarca.

Concedida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a honraria destina-se a agradecer aqueles que venham prestando ou tenham prestado relevantes serviços ao Poder Judiciário local.

**O juiz, Emerson de Oliveira Correa e o defensor público, Luís Gustavo Vitorino Alves**



## Câmara Municipal de Montes Claros homenageia servidor da Defensoria Pública

No dia 24 de novembro, o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, foi representado pelo coordenador da Regional Norte, Cláudio Fabiano Pimenta, durante sessão solene da Câmara Municipal de Montes Claros em que o servidor da Defensoria Pública Landulfo Santana Prado Filho foi homenageado com o Título de Cidadão Honorário.

Prestigiaram também a cerimônia as defensoras públicas Liliana Martins Fonseca e Edna Guimarães Câmara, em atuação na comarca, entre outras autoridades.

A homenagem reconhece os relevantes serviços prestados pelo servidor à sociedade e personifica o respeito da população do município pelos seus 23 anos de atuação, com eficiente contribuição para o alcance das metas institucionais da Defensoria Pública de Montes Claros.

O servidor recebeu, ainda, uma placa de homenagem entregue pelo coordenador da Regional Norte, defensor público Cláudio Fabiano Pimenta, com os dizeres: “A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais agradece imensamente por todos esses anos dedicados à Instituição e à comunidade, com profissionalismo e comprometimento”.



**Servidor Landulfo Santana Prado Filho**

*continua >>*

HOMENAGENS | Continuação

**Câmara Municipal de Montes Claros homenageia servidor da Defensoria Pública**

Coordenador da Regional Norte e local em Montes Claros, defensor público Cláudio Fabiano Pimenta; servidor Landulfo Santana; e esposa



Defensora pública Liliana Martins Fonseca; Landulfo Santana; defensora pública Edna Guimarães Câmara; e o coordenador da Regional Norte e Local em Montes Claros, Cláudio Fabiano Pimenta

## Coordenador Local em Mariana recebe Moção de Aplauso da Câmara Municipal

O coordenador Local da Defensoria Pública em Mariana, Saulo Duette Prattes Gomes Pereira, foi homenageado pela Câmara Municipal da referida cidade com a outorga de Moção de Aplauso, em solenidade realizada no dia 24.11.2017, no Cine Teatro Municipal SESI-Mariana. A concessão das Moções de Aplauso é um reconhecimento público do trabalho realizado em

prol do município.

De acordo com a Câmara Municipal, o defensor público foi homenageado “por ter buscado sempre, em suas ações na cidade, parceria e diálogo com os órgãos públicos, inclusive com o Legislativo municipal, trabalhando na solução do impasse decorrente do fechamento da Escola Municipal de Mundinho”.

FOTO: CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA/DIVULGAÇÃO



Da esquerda para a direita: Os vereadores, José Jarbas, Tenente Freitas, Daniely Alves; o defensor público, Saulo Duette Prattes; e os vereadores, Fernando Sampaio e Geraldo Sales



## Convites



# DPMG 41 anos

Todos os direitos para todos os cidadãos

1976 | 2017



## Convite

A Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, CHRISTIANE NEVES PROCÓPIO MALARD, convida para a Solenidade de outorga da Medalha do Mérito DPMG 2017, em comemoração aos 41 anos da Instituição.

Na oportunidade, será inaugurada a Sede I da Defensoria Pública na Capital.

**GRANDE COLAR DO MÉRITO • MEDALHA DE HONRA • COMENDA DO MÉRITO**

1º de Dezembro de 2017 | 10 horas

AUDITÓRIO da Sede I da Defensoria Pública de MG  
Rua Guajajaras, 1707 – 2º andar, BH, MG

CONFIRMAR PRESENÇA  
Telefones: (31) 3526-0512 | 3526-0517  
E-mail: [cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br](mailto:cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br)



Medalha  
do  
Mérito

DPMG 2017

\* Pedimos a chegada dos agraciados ao local do evento com antecedência mínima de uma hora do início da cerimônia





CONVITES | Continuação



# CONVITE

A Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, o Coordenador da Regional Metropolitana, Dante Otávio Simeão Gontijo e o Coordenador Local, Vinícius Lopes Martins, convidam para a **solenidade de inauguração da unidade da Defensoria Pública no Município de Lagoa Santa.**

Dia 5 de dezembro de 2017, terça-feira, às 10 horas

Local: Avenida Prefeito João Daher, nº 888, lojas 02 e 03 – Lundceia.  
CEP 33400-000

**Confirmação de presença**  
cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br | Telefones: (31) 3526-0456 | 0512 | 0518



# CONVITE

A Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, o Coordenador da Regional Metropolitana e local, Dante Otávio Simeão Gontijo, convidam para a **solenidade de inauguração da unidade da Defensoria Pública no Município de Ribeirão das Neves.**

Dia 6 de dezembro de 2017, quarta-feira, às 10 horas

Local: Rua José Bonifácio Nogueira, nº 252, bairro São Pedro  
Ribeirão das Neves - MG | CEP 33805 490

**Confirmação de presença**  
cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br | Telefones: (31) 3526-0456 | 0512 | 0518

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional. Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Sede I: Rua Guajajaras, 1.707 – Barro Preto, BH, MG  
[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)

